

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

*Aprovada em sessão
da A.M. realizada no dia
27-06-2018*

ATA Nº 7

**SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2018**

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: -----

----- Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Bruno Miguel Alves Pacheco, Carmina Maria dos Santos Lopes, Diogo Alexandre Lages Augusto, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição Joana Daniela Baldaia de Resende, Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Cristina Ribeiro Coelho, em substituição Cecília Bibiana Martins da Silva, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Olinda Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Telmo Afonso da Mota Viana, Tiago Margarido Silva Carvalho, Valentina Sanchez Silva e Vítor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Por inerência, estiveram presentes: Francisco Alves Laranjeira (Freguesia de Baguim do Monte); Rui da Mota Correia (Freguesia da Lomba); Maria da Conceição Loureiro, em substituição de Nuno Filipe Brito da Fonseca (Freguesia de Rio Tinto); Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira (União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova); Isidro Ferreira de Sousa (União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo); António José Ribeiro Braz (União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (União das Freguesias de Melres e Medas). -----

----- Verificou-se a ausência do Senhor Deputado David Manuel da Rocha Santos. -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 27 DE JUNHO DE 2018 (4ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO

A- Período de Antes da Ordem do Dia

B- Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (20-03-2018 e 24-04-2018)
2. Renúncia ao mandato do Deputado Senhor Joaquim dos Santos Barbosa.
3. Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - a) "Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – Procedimento concursal para o recrutamento de postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior".
 - b) Regularização dos vínculos precários de trabalhadores que estiveram em funções na Autarquia.
4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (abril e maio de 2018).

C- Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- **A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- A Mesa propôs um minuto de silêncio e voto de pesar pelo falecimento dos Senhores Dr. Amadeu Alexandre Milheiro da Mota Teixeira de Sousa (Deputado Municipal e Provedor Municipal) e António da Silva Sá Casal (Deputado Municipal), o qual foi cumprido (documento nº 2, anexo). -----

aprovado para
manipulação

27. JUN 2018

Dr. 2



GRUPO PARLAMENTAR – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Eximo Senhor
Presidente da
Assembleia Municipal
de Gondomar

O Grupo Parlamentar – “Valentim Loureiro - Coração de Ouro”, vem sugerir a essa mesa apresentação de um voto de pesar, pelo óbito do gandomarense, Dr. Amadeu Alexandre Milheiro da Mota Teixeira de Sousa, que exercendo as funções de deputado municipal e de Provedor do Município, pela sua intervenção na vida política e social do Concelho, muito enobreceu o nosso concelho.

Gondomar, 27 de Junho de 2018

*e também
memorizado proposto pelo
Sr. Deputado A. M. . . acuseira
Sr. Deputado Castel.*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- EUGÉNIA FARIA (CDU) – Leu e entregou documento relativo à “Praia de Zebreiros perder a classificação de zona balnear” e Requerimento no qual é proposto a aprovação de um conjunto de medidas no sentido de “Garantir a qualidade dos recursos hídricos do Concelho”, que adiante seguem. -----



O início da época balnear em Gondomar

Em resultado das análises realizadas pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, em 2018, a praia de Zebreiros perdeu a classificação de zona balnear. O número de praias de Gondomar ficou, assim, reduzido a duas (Melres e Lomba). A 18 e 19 de junho, por análises efetuadas pela APA, verificou-se que também a prática balnear na praia de Melres se encontrou temporariamente proibida, por níveis de contaminação bacteriológica superiores ao limite permitido.

Face a estas situações preocupantes para o Município de Gondomar, a CDU coloca as seguintes questões:

- 1) Os vigilantes, que a CMG colocou na praia de Zebreiros, vão impedir os veraneantes de tomar banho no rio?
- 2) Já foram identificados os focos de poluição que estão a afetar a praia de Zebreiros e que afetaram a praia de Melres?
- 3) A CMG tem em sua posse a licença ambiental da ETAR de Melres? Em caso afirmativo, requeremos que nos seja facultada uma cópia da mesma.
- 4) A deterioração da qualidade das águas da praia de Melres esteve relacionada com o funcionamento da ETAR de Melres? Já estão disponíveis as análises dos efluentes libertados para o meio hídrico pela ETAR de Melres?
- 5) Quais as medidas já implementadas para resolver o problema de contaminação da praia de Zebreiros e evitar que volte a acontecer o mesmo problema na de Melres?
- 6) Quais as ações encetadas pela CMG para prevenir situações que ponham em risco a saúde dos utentes dessas praias?

Gondomar, Assembleia Municipal, em 27 de junho de 2018

O Grupo Municipal da CDU

Garantir a Qualidade dos Recursos Hídricos do Concelho

Ao longo dos últimos anos, os eleitos da CDU têm-se batido pela defesa dos recursos naturais, como bens essenciais à vida das populações. A água, bem escasso, a todos interessa preservar não apenas para a nossa geração, mas para as gerações vindouras. Temos a obrigação de deixar o nosso planeta melhor do que o encontramos e ainda vamos a tempo.

Os eleitos da CDU sempre defenderam medidas que visem a recuperação e a despoluição dos recursos hídricos. Como todos sabemos, as ETAR são instalações industriais, necessárias para o tratamento das águas residuais. No entanto, também temos plena consciência que estas instalações, por vezes, têm problemas técnicos que, devido à sua localização, provocam graves problemas em linhas de água.

Uma iniciativa que visa minimizar o impacto que as descargas das ETAR podem ter nas linhas de água é a obra que a CMG e a CMP estão a levar a cabo, uma obra de importância capital para a recuperação do rio Tinto - o intercetor do rio Tinto.

No entanto, temos consciência que muito ainda há a fazer por todo o concelho em matéria de despoluição dos nossos rios e ribeiras. Neste sentido, a CDU propõe que esta Assembleia aprove um conjunto de medidas a concretizar, a curto prazo, entre a CMG e a empresa Águas de Gondomar, nomeadamente:

1. A execução de um diagnóstico dos problemas das redes de saneamento e de águas pluviais já instaladas no município, no qual seja ainda identificado a necessidade de construção de novas redes de saneamento e de águas pluviais de modo a cobrir a totalidade do território;
2. Que, em conjunto com a empresa Águas de Gondomar, atue no sentido de essa ação contemplar a identificação:
 - a. dos cruzamentos entre as redes de saneamento e de águas pluviais já instaladas;
 - b. dos principais pontos de entrada de águas pluviais nas infra-estruturas de saneamento;
 - c. das ligações de saneamento à rede de águas pluviais ou diretamente ao meio hídrico;

Gondomar, Assembleia Municipal, em 27 de Junho de 2018

O Grupo Municipal da CDU

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MANUEL ANTÓNIO (PS) – Leu e entregou uma moção, sobre “O desenvolvimento das zonas rurais”, que adiante segue. -----

[A large, empty, irregular shape is drawn on the page, possibly representing a signature or a placeholder for content.]

27. JUN 2018

Exmo. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL GONDOMAR



Moção

O desenvolvimento das zonas rurais deve ser sempre acompanhado e apoiado pelo poder sufragado em eleições. Neste sentido, acreditamos que nos devemos insurgir contra a desigualdade de condições em que os nossos conterrâneos vivem, as quais não contribuem para a sua valorização pessoal e social, enquanto cidadãos cumpridores dos seus deveres, pagando os seus impostos, mas vivendo uma vida inteira sem poder usufruir dos mesmos direitos que os demais.

Efetivamente, referimo-nos à importância vital de diversos sectores para o desenvolvimento rural, que passam não só pelos sectores de primeira necessidade como a água, a luz e o gás canalizado, mas também pelos meios de comunicação. Estes correspondem não somente aos acessos, mas principalmente às tecnologias modernas, as quais são deficientes neste território, nomeadamente a internet, a qual nestes meios rurais ainda não funciona através da fibra ótica. Entendemos, portanto, que tal facto constitui um fator discriminativo, relativamente aos nossos concidadãos, habitantes das aldeias do nosso concelho, comparativamente com os centros urbanos. A não disponibilização deste bem comum a todos os cidadãos do nosso concelho constituiu, também, uma condição de exclusão por parte das entidades competentes.

A indústria e o comércio, a fim de poderem competir no mercado concorrencial, necessitam usufruir de condições prévias e acauteladas pelo poder político local para se sedimentarem e desenvolverem. Por outro lado, as calamidades tendem a

27. JUN 2018

ocorrer, frequentemente, devido à ausência de medidas de proximidade. A implementação da fibra ótica constituiria uma solução preponderante ao permitir melhorar visivelmente as condições de rapidez e eficiência nas comunicações.

Neste sentido, questionamo-nos sobre qual a razão efetiva, pela qual, os gondomarenses que vivem no alto do concelho não podem usufruir da fibra ótica.

Como poderemos convencer os empresários a investir nas áreas rurais, quando não dispomos de igualdade de circunstâncias de meios que as áreas citadinas?

Entendemos, deste modo, que as autarquias, a proteção civil e as forças vivas do nosso Concelho de Gondomar devem manifestar-se junto das empresas detentoras da fibra ótica, requerendo a implementação deste serviço, em toda a zona correspondente ao alto do Concelho de Gondomar. Não é consentâneo com uma sociedade democrática, que se continue a ignorar e afastar o progresso e o bem-estar que qualquer cidadão ou empresa, seja da cidade ou do mundo rural, necessita nos dias de hoje.

A Assembleia Municipal de Gondomar reunida em Sessão Ordinária de 28/06/2018, deliberou solicitar a instalação da fibra ótica a todas as operadoras de comunicação em todas as freguesias do alto do Concelho de Gondomar, nomeadamente a União de Freguesias da Foz do Sousa e Covelo, União de Freguesias de Melres e Medas e Freguesia da Lomba.

GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIALISTA

MANUEL ANTONIO

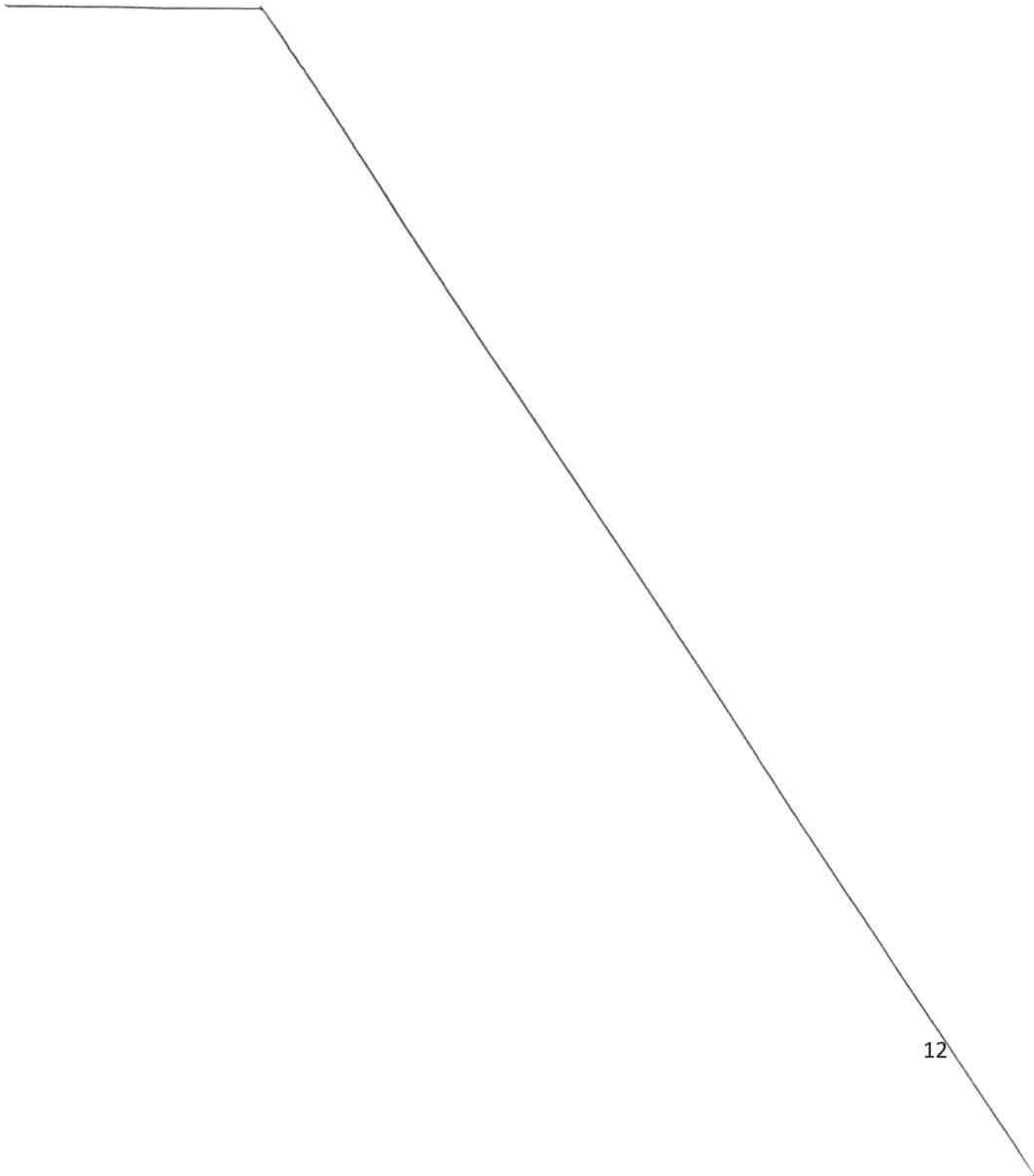
Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Tiago', 'Aurora', and 'Aurora'.

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- BRUNO PACHECO (BE) – Leu e entregou uma recomendação “Pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”, que adiante segue. -----



3 votos favor
31 abstenções
7 votos em branco

RECOMENDAÇÃO

27. JUN 2018

Doc. 7



Pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação -DL nº 37/2018, de 4 de junho

O levantamento em 2017 das necessidades de realojamento habitacional identificou mais de 502 agregados familiares do município de Gondomar em situação de grave carência habitacional.

Apesar de não abrangerem todos os casos de precariedade habitacional no concelho, o número apurado revela um agravamento significativo da situação habitacional quando comparado com os dados do INE relativos a 2011.

No seguimento de iniciativas políticas, como a Resolução da Assembleia da República nº 48/2017, para a criação dum novo programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas, foi agora publicado no DR nº 106-1ª série de 4 de junho de 2018 o Decreto-Lei nº 37/2018 que estabelece o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Apesar de não responder a todas as situações de carência habitacional, este novo programa abrange pessoas sem-abrigo e as situações de não renovação de contrato de arrendamento nos casos de agregados que integrem pessoas com deficiência ou arrendatários com mais de 65 anos, entre outras situações de precariedade, insalubridade, insegurança, sobrelotação ou inadequação da habitação, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência. Também as pessoas e agregados que residem em áreas urbanas degradadas com características próprias, designadas como “ilha”, “pátio” ou “vila” têm direito a aceder a uma habitação adequada através da concessão de financiamento aos respetivos proprietários.

Pelo novo diploma legal, os municípios para além de apoio técnico, podem beneficiar de apoio financeiro sob a forma de comparticipações não reembolsáveis e de bonificação da taxa de juro de empréstimos, para a promoção de diversas soluções habitacionais: arrendamento de habitações para subarrendamento, encargo com os moradores de núcleos degradados, reabilitação, construção e aquisição de frações ou prédios habitacionais...

Pelo exposto e tendo também em conta a necessidade de respostas imediatas à situação de carência habitacional no concelho, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em sessão ordinária em 27 de junho de 2018, RECOMENDA ao Executivo camarário:

- que elabore com urgência a estratégia local prevista no artº 30º do Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de junho e priorize as soluções habitacionais que pretende ver desenvolvidas no município ao abrigo do 1º Direito.

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MÁRIO GONÇALVES (VALENTIM) – Quero dar os parabéns a este executivo, porque vamos ter no próximo ano um hotel em Gondomar, porque já ouvi falar de muitos hotéis em Gondomar, só no lábio das pessoas, o hotel verdadeiro nunca apareceu. Deixo um desafio ao executivo, para se fazer um hotel no centro de Gondomar, que já esteve previsto junto ao Multiusos. Fez-se aqui uma maratona em Gondomar, tudo muito bem, só fico triste e não sei se é verdade entregaram isto a uma empresa para organizar a maratona, estamos a dar subsídios às associações, para quê? Para entregarmos o nosso desporto a empresas? -----

----- ANA PÃO TRIGO (PS) – Leu e entregou documento, sobre a “forma de fazer política na Assembleia Municipal”, que adiante segue. -----

27. JUN 2018

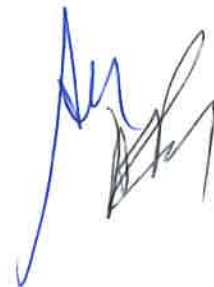
Boa noite,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e mesa,

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores,

Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados,

E caros Gondomarenses aqui presentes.



27 de Junho de 2018

Ando há algum tempo a adiar esta intervenção, mas julgo que é meu dever não esperar mais.

Congratulo-me por ter feito parte desta assembleia no mandato anterior e poder afirmar, com clareza de pensamento, que os representantes dos vários partidos políticos, da esquerda à direita, tiveram, durante 4 anos um comportamento quase exemplar quer nas palavras, quer nos atos. Contudo, não poderemos afirmar o mesmo relativamente aos primeiros meses do presente mandato. Algo que deve envergonhar e entristecer a todos, sobretudo, àqueles que colocaram aqui os seus dignos representantes, em maior ou menor percentagem de votos.

Ao que vimos aqui Srs. Deputados? Será errado ousar pensar que este é o local para, apenas e somente, se debaterem ideias? Eu julgo que não... Quero acreditar que as verbas públicas aqui destinadas apenas tenham como objetivo fazer-se política e que a política apenas tenha como objetivo a construção do bem comum.

Aqui, deve haver lugar para a política. Não deve haver lugar para belas representações de uma boa revista à portuguesa, não deve haver lugar para falácias perfeitas que induzam em erro a população, não deve este ser palco de conferências de imprensa feitas de improviso e nunca, mas nunca, deve haver lugar para o uso de linguagem agressiva e insultuosa. Na política exige-se o respeito pelo outro e o respeito pelo outro implica o uso de linguagem assertiva, ou por outras palavras, o uso de uma linguagem que nos permita o debate de ideias sem ferir a integridade moral de cada um de nós.

Há algum motivo para nos acharmos donos de uma moralidade superior e detentores da verdade só porque temos ideologias políticas diferentes? Fiquemo-nos pelos factos... e debatamos as diferenças e as semelhanças. É possível fazer isso com dignidade e respeito. O que digo não é tendencioso, desenganam-se! Posso afirmar, com confiança, que os Srs. deputados do BE têm sido bastante assertivos a expor as suas ideias ainda que estas sejam, por diversas vezes, contrárias às minhas. Posso, ainda, reforçar a ideia, muitas vezes repetida nesta assembleia pelo Sr. Deputado Telmo, de que é necessária, também, uma “conduta mais ouvinte”. Sim, a política permite-me concordar... ainda que alguns pensem que estamos aqui só para discordar e armar autênticas batalhas campais pela noite dentro.

27. JUN 2018

Dos insultos e da gritaria, por vezes instalada, apraz-me dizer que nem todos que estão aqui (da esquerda à direita) vêm empurrados por alguém e nem todos que vêm aqui se limitam a ler discursos escritos pelo seu líder, mas vazios de ligação a quem os lê, vazios de conteúdo, vazios de alma. Alma que, até em plena comemoração do 25 de Abril, soou a esquecida pelos que apenas se limitam a ler.

A campanha eleitoral faz-se nas ruas, em altura própria. Aqui, limitemo-nos a respeitar a vontade do povo e a fazer bom uso da confiança que este depositou em cada um de nós, no debate de ideias.

Em nome do Partido Socialista, convido-vos a fazer uma pequena reflexão sobre o que acabei de ler. Assumo, desde já, que aquilo que foi, aqui, dito é da minha inteira responsabilidade e autoria. Antecipando uma resposta aos “velhos do restelo”: sim, nasci depois do 25 de Abril, tive a honra de estudar numa Universidade Pública, sou socialista e isso não faz de mim melhor ou pior pessoa. Deixemo-nos de ilusionismo, populismo e demagogia.

Disse.

P'la Bancada do Partido Socialista

Ana Pão Trigo

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- NUNO FONSECA, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto – Venho aqui, como é obvio, com muita satisfação enaltecer a inauguração do Parque Urbano de Rio Tinto. Independentemente de o Parque estar em Rio Tinto, que é uma satisfação obvia, o que me satisfaz ainda mais é começarmos finalmente a pensar o que é o conceito de cidade, que é entregarmos às pessoas espaços de grande qualidade, qualidade pela sua localização, em vez de termos a pretensão de fazer negócios com esses terrenos e entregá-los ao domínio privado para construções, é transferir a receita pela despesa, é transferir o privado para o público, é transferir o que é de poucos para ser de muitos. Isto é uma mudança que temos que salientar neste executivo e nesta Câmara Municipal. Finalmente enterramos este machado de guerra e pelo sucesso que tem tido o Parque Urbano, a Câmara Municipal de Gondomar torna-se neste momento também refém do sucesso do Parque Urbano e já está a preparar outros. Os últimos dias, têm sido de festa em Rio Tinto, os equipamentos têm sido utilizados por muitas pessoas. Salientar que a Câmara teve a ideia esplêndida de inaugurar o Parque Urbano no dia em que se celebra o aniversário da elevação de Rio Tinto a cidade e nessa altura tivemos que enaltecer a diferença da cidade e da qualidade de vida. Agora olhamos para aquele equipamento e vemos que todas as frases gastas, com mais piada ou menos piada, tudo agora parece ridículo. Os Riotintenses estão satisfeitos com aquilo que nós fizemos, é isto, que neste momento devemos enaltecer. O importante é decidir, é avançarmos, é encontrar soluções, por vezes perde-se muito tempo a decidir se vamos por um lado ou por outro, o importante é nós nos movimentarmos, avançarmos. O que aqui é importante salientar é que a questão de entregar os terrenos a

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

domínio privado em benefício de alguns, em detrimento dos terrenos para o benefício de todos, isso efetivamente está encerrado. Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, pela aceitação que tivemos em Rio Tinto, espero brevemente ser convidado para ir também inaugurar outros parques urbanos noutras freguesias. -----

----- ANTÓNIO BRÁS, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – Faço votos para que eu ou o Pedro Vieira, dentro de alguns meses, façamos também um discurso idêntico, do parque que será o próximo, vimos aqui congratular com a inauguração do parque, não tem a dimensão do Parque de Rio Tinto, mas que também os Gondomarenses vão poder usufruir e terem melhor qualidade de vida. Estamos aqui para enaltecer o que é positivo. Na última sessão, entreguei uma carta de um munícipe a convidar o Conselho de Administração das Águas de Gondomar a estagiar quinze dias junto da ETAR de Gramido. O Senhor Presidente da Assembleia despachou e até hoje não temos conhecimento que tenham ido para lá estagiar. Vimos aqui renovar o convite e peço ao Senhor Vice-Presidente para renovar o convite em nosso nome, porque realmente é importante que passem lá quinze dias, porque é inadmissível que no século vinte, uma empresa que veio para cá para fornecer água, mas também para nos tratar os esgotos como deve ser no século vinte e um, não como se estivéssemos no século dezanove, é preciso que as Águas de Gondomar sejam obrigadas a prestar um serviço de qualidade à século vinte e um. Senhor Vice-Presidente, faça o favor de fazer chegar ao Senhor Presidente, ao Senhor Vereador do Ambiente e às entidades respetivas, para a necessidade daquele espaço ser revigorado, tratado e serem feitos os investimentos que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

retirem o mau odor. Se apostamos no turismo, é impossível que as pessoas coabitem com aquele cheiro. É preciso dizer às Águas de Gondomar, com muita força, que estamos no século vinte e um. -----

----- VÍTOR GUERRA (VALENTIM) – Faço minhas as palavras do anterior orador. A questão é esta, não sei se o Senhor Vice-Presidente está habilitado para me responder. Primeiro, o que se passa com a ETAR de Melres, está ativa ou está fechada? Se está fechada, está a deitar poluentes para o rio Douro? E se a Câmara Municipal de Gondomar, tem informação sobre o estado da rede de funcionamento da ETAR de Melres? Uma vez que tivemos uma praia interdita a banhos, na sequência de descargas efetuadas pela ETAR. -----

----- LUIS FERNANDES (CDU) – Leu e entregou um Voto de Protesto, “Contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos”, em Fânzeres e Gondomar (S. Cosme), que adiante segue.

27. JUN 2018

Doc. 4
apo 1.º e 2.º / Março
1.ª alteração (V. Lou)

Voto de protesto**Contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos.**

Noticiado por diversos órgãos de comunicação social e comunicado pela própria administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD), está em curso um plano de encerramento de 70 balcões da CGD, muitos deles até o final do mês de Junho, entre os quais dois deles localizam-se no concelho de Gondomar, mais precisamente, um balcão na freguesia de S. Cosme e um outro na freguesia de Fânzeres

Os balcões da CGD representam para as populações do concelho e em especial destas freguesias um importante serviço, sendo que o encerramento dos mesmos afetará a qualidade de vida da população, bem como a sua malha comercial.

A concretização destes encerramentos significam uma clara perda tanto para a população em geral como para o tecido económico e social (comércio tradicional, micro e pequenas empresas).

A CDU considera inaceitável que, mais uma vez, as populações deste concelho vejam a ser encerrados, consecutivamente, serviços públicos de proximidade.

Gondomar é um dos concelhos mais populosos do País, mas nem mesmo isso impede que fique impune a esta política de “ataque” aos serviços públicos que está a ser posta em prática. É importante lembrar que, no passado, o concelho de Gondomar já tinha sofrido com o encerramento de vários serviços, como por exemplo: a repartição das finanças, vários postos dos CTT e de agências da CGD (na freguesia de Rio Tinto e na freguesia de Valbom), tendo ficado com apenas 4 agências a servir a população. Vindo-se a confirmar esta intenção da administração da CGD, de encerrar mais duas agências no concelho, até ao final do mês de Junho, Gondomar ficará com apenas duas agências para servir todo o concelho que apresenta mais de 131km².

Esta política constitui um claro ataque direto aos direitos da população. A CGD é uma instituição pública, que deverá estar ao serviço do país, tendo o governo a obrigação de levar a cabo uma gestão que vá de encontro aos interesses públicos e com o provimento das necessidades das populações.

Assim os eleitos da CDU propõem que a Câmara Municipal de Gondomar:

- 1) Demonstre a sua total discordância com este ataque ao serviço público, mais concretamente com o encerramento do balcão da CGD de Fânzeres e S. Cosme;**
- 2) Demonstre total solidariedade com as populações e trabalhadores diretamente afetados, usando o seu poder institucional para, em conjunto com a CGD, encontrar as soluções adequadas para a gestão da localização e manutenção dos balcões da instituição bancaria, bem como para a integração dos seus trabalhadores.**

Gondomar, 27 de Junho de 2018

Os eleitos da CDU

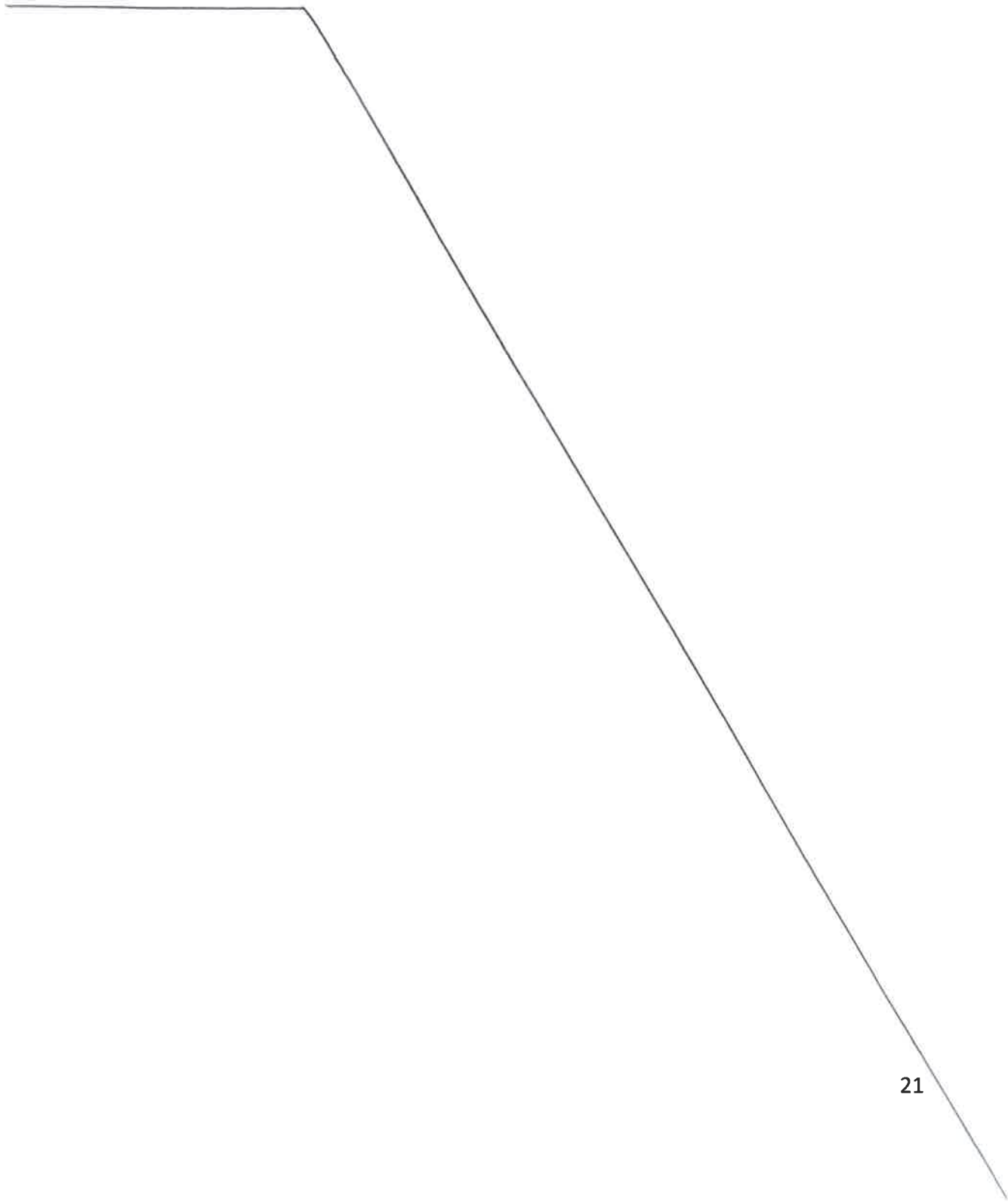
M. S. Fernandes
Depois de se fazer
o plano de encerramento
Cristina Coelho
Pedro Miguel Vieira

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou uma Moção, sobre “Serviço Público de Transporte – consagração da STCP como operador interno na AMP”, que adiante segue. -----



27. JUN 2018

26 votos contra
4 abstenções
Deputado: P. Monteiro

5

PAOD- MOÇÃO

Serviço Público de Transporte - consagração da STCP como operador interno na AMP

Considerando que:

- Por força do Regulamento Comunitário 1370 de 2007 e da sua transposição para a lei portuguesa, consagrado na Lei 52/2015 que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, foram transferidas para as autarquias locais competências sobre transportes públicos sem qualquer transferência de recursos e sem a devida criação das Regiões Administrativas;
- Entretanto, o actual Regime Jurídico determina ainda que, até Dezembro de 2019, terminem todas as concessões, licenças e alvarás, obrigando a iniciar o processo de contratualização da operação do serviço público de transporte de passageiros;
- A oferta do serviço público de transporte e as opções que vierem a ser tomadas devem garantir a melhoria da qualidade e fiabilidade do serviço público de transportes, promover a mobilidade e a qualidade de vida das populações;
- Existindo a STCP na Área Metropolitana do Porto (AMP), empresa de capitais públicos e gestão pública que opera em seis municípios, a mesma deve ser considerada como solução para operador interno da AMP, uma vez que esta é a que melhor pode garantir a qualidade de vida e mobilidade das populações.

Assim, a **Assembleia Municipal reunida no dia 27 de junho de 2018** decide:

- 1- Recomendar que a **Câmara Municipal de Gondomar** defenda esta opção de considerar a STCP como solução para operador interno da AMP no processo que se vai iniciar de contratualização da operação do serviço público de transporte de passageiros que se terá a seguir a 2019;
- 2- Solicitar que seja presente para debate neste órgão autárquico o ponto de situação dos trabalhos que estão a decorrer, seja no âmbito do Conselho Metropolitano, seja a nível concelhio, para possibilitar uma cuidadosa atenção a esta questão do serviço de transporte público tão importante

27 JUN 2018



Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar
gondomar.cdu@gmail.com

para a vida das populações do nosso concelho, de forma a garantir que haja uma melhor cobertura da rede de transportes com horários adequados, que o custo suportado pelos utentes tenha uma redução significativa através de um passe social intermodal;

3 – Intervir em todo este processo de forma a garantir que os direitos de todos os trabalhadores das diversas empresas sejam devidamente assegurados;

4 – Exigir que a Administração Central continue a financiar o sistema dado que o serviço de transporte público é da sua exclusiva responsabilidade enquanto não houver regionalização.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 27 de junho de 2018

O Grupo Municipal da CDU,

João Daniel Feresco Landa
Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira
Ar. Lafon
Begoña Leite fee
Cristina Coelho

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – A CDU, já gastou o tempo de intervenção, vou ser condescendente, a Senhora Deputada Olinda não vai ter uma intervenção longa. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Ponto de ordem à mesa. Na reunião de Líderes, foi decidido por nós, nomeadamente o Partido Socialista, que não se ultrapassava uma hora e até dissemos que temos um regimento com os tempos, o Partido Socialista não exige isso, mas é preciso que haja algum rigor. -----

----- PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Quero dizer e lembrar que pelo regimento diz que o Período de Antes da Ordem do Dia são sessenta minutos e ainda restam quinze minutos, controlei os tempos. A CDU tinha utilizado oito minutos, não pretendo cortar a palavra à Deputada Olinda, ninguém usou mais do que o tempo que está estabelecido. -----

----- GRACIANO MARTINHO (VALENTIM) – Quero manifestar a minha profunda tristeza pelas posições assumidas pelo Senhor Deputado Fernando Cerqueira, parece que é o dono disto tudo. Em segundo lugar, fazer um comentário relativamente a duas propostas, uma do Partido Socialista e outra do Bloco de Esquerda, até gosto delas, só não gosto da forma como são apresentadas, nem consigo perceber como V. Ex^a permite que elas sejam apresentadas desta forma, de desrespeito pelos Deputados presentes, passo a citar, leu parte do documento. Que eu saiba a assembleia ainda não deliberou, votamos todos juntos, ou não estamos aqui a fazer nada. -----

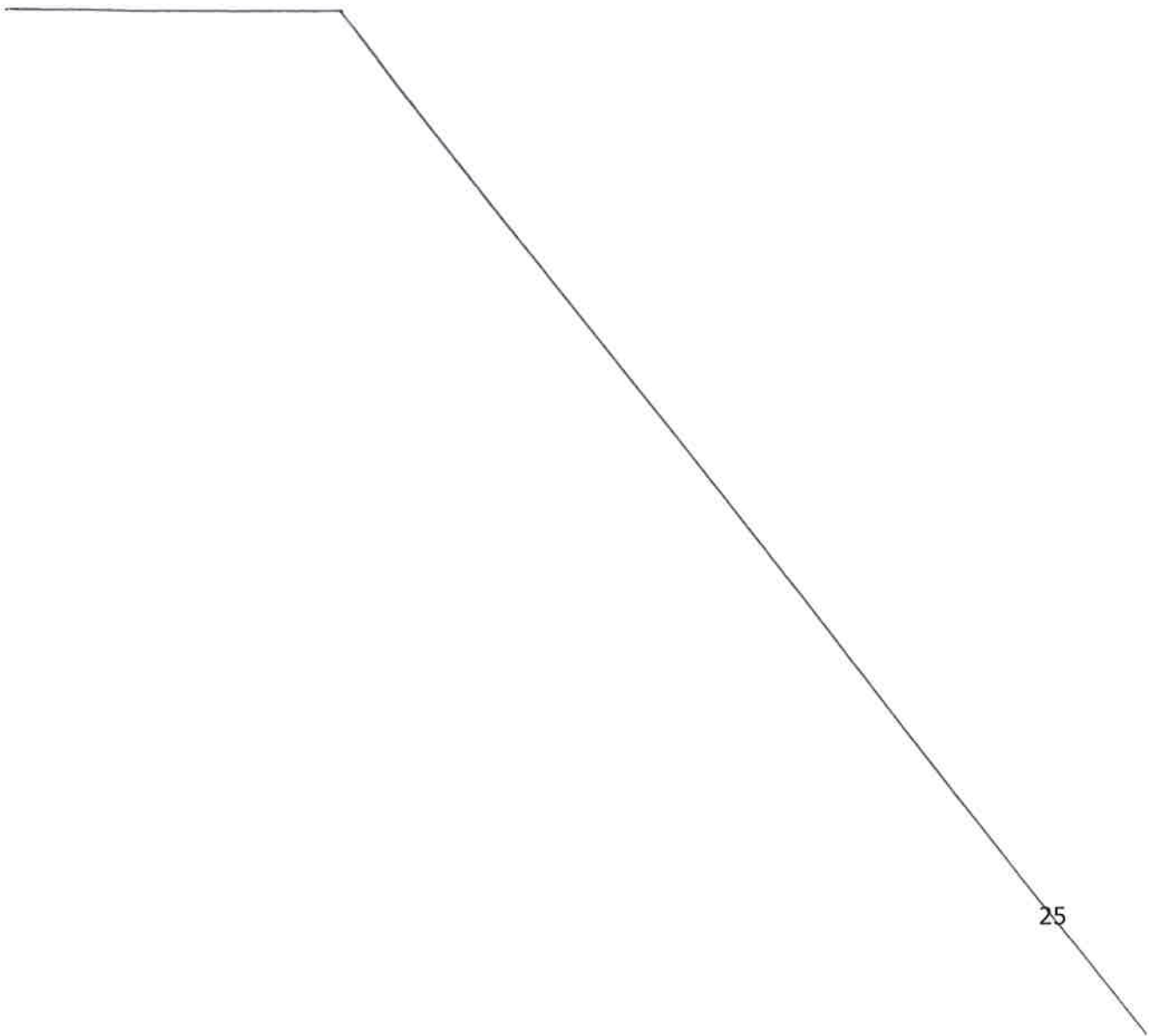
----- PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Um pequeno esclarecimento. Só delibera a partir do momento que é aprovado, se for rejeitado não delibera nada. -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Dizer que na reunião de líderes tentei alargar o tempo do Período de Antes da Ordem do Dia, porque a CDU previa ter um conjunto de assuntos que acha relevantes para o município, para apresentar, na reunião de líderes entendeu-se que o tempo não podia ser alargado e quero dizer que fizemos um esforço para que os nossos documentos fossem pequenos. Leu e entregou um pedido de informação sobre “Notificação do Acordo do Tribunal de Contas que nega provimento ao recurso, mantendo a recusa do visto à operação de financiamento para pagamento da dívida à EDP”, que adiante segue. -----



27. JUN 2018

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

*Reunião
pelos serviços
feito
AM*

Em 23 de Maio passado foram os líderes dos grupos municipais com assento nesta Assembleia convocados para uma reunião com a presença do Vice-Presidente da Câmara, Senhor Dr. Luís Filipe Araújo e Sr. Vereador Carlos Brás para discussão da **“Notificação do Acórdão do Tribunal de Contas que nega provimento ao recurso, mantendo a recusa do visto à operação de financiamento para pagamento da dívida à EDP”**.

Nesta reunião foram os presentes informados do historial relacionado com a dívida à EDP e do conteúdo da referida recusa do Tribunal de Contas ao pedido de empréstimo que a Câmara se propunha fazer para poder firmar um novo acordo de pagamento à EDP.

Como nessa altura foi referido pela CDU, este novo acordo que estava a ser desenhado tinha aspectos positivos que continuamos a realçar, nomeadamente o facto de o mesmo permitir uma redução significativa da referida dívida.

Lamentamos, no entanto, que a Câmara tenha dado como adquirida uma solução que sabia, à priori, que não dependeria de si, sem estar precavida com um plano B, criando com isso uma ilusão de folga financeira nas contas do Município que não corresponde à verdade.

A verdade é que, com a recusa do Tribunal de Contas e indeferimento do recurso apresentado pela Câmara, a situação continua por resolver, mantendo-se o remanescente da dívida em cerca de 48 milhões de euros que deveria ter sido liquidada em 30/09/2017, ou seja há 9 meses atrás.

E não parece à CDU que seja legítimo que se responsabilize o Tribunal de Contas pela situação. Quanto muito deveriam ser responsabilizados os sucessivos governos, inclusive o actual, pelas limitações criadas na autonomia do poder local e no seu financiamento.

Dada toda esta situação e no contexto da já referida reunião de líderes do passado mês de Maio, ficou decidido que a C.M. de Gondomar informaria esta Assembleia das ações a levar a cabo no sentido das soluções encontradas para a resolução deste problema que se arrasta há anos e que tantos constrangimentos financeiros traz à gestão deste Município.

No entanto, até ao momento, tais informações nunca chegaram, não sendo do conhecimento dos grupos municipais quaisquer desenvolvimentos sobre o assunto.

Assim, A CDU requer à Câmara Municipal através do Sr. Presidente desta Assembleia:

1º - que seja enviada, a todos os grupos municipais, informação sobre o valor total da dívida à EDP, incluindo os encargos que possam ter advindo desde a data prevista para a resolução da mesma (30/09/2017);

2º - que seja junto à referida informação um memorando detalhado sobre a estratégia ou plano da CMG, assim como todas as démarches empreendidas pelo Executivo para a resolução da dívida à EDP.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 27 de junho de 2018

P/ O Grupo Municipal da CDU
M. S. Fernandes

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Em relação à Moção do PS, a CDU vai votar favoravelmente, porque entende que o acesso à internet é um bem essencial, como por exemplo para as escolas. Em relação à recomendação do Bloco de Esquerda, quero dizer que a CDU tem algumas reservas porque o assunto ainda está a ser discutido na Assembleia da República, e parece numa primeira análise que isto vai trazer encargos, transferências para as Câmaras Municipais, sem que o financiamento seja assegurado, neste sentido a CDU vai abster-se nesta proposta de recomendação. Em relação ao Parque Urbano de Rio Tinto, quero também aqui deixar a satisfação da CDU pela inauguração recente do parque, é uma infraestrutura valiosa para a população de Rio Tinto, só dizer que o parque podia ser maior, podia abranger a Quinta da Boavista. -----

----- PEDRO VIEIRA, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Dar uma nota muito breve, sobre a questão dos resíduos perigosos de S. Pedro da Cova. Dizer que nos últimos dez dias soubemos mais do que no último ano e meio, porque o Senhor Ministro do Ambiente, em maio deste ano, na Assembleia da República, disse que os resíduos iam ser retirados durante o ano de 2019 e o que nos preocupou com essas declarações, foi que em março de 2017, no terreno, na abertura do concurso, ter dito que a abertura o concurso iria decorrer no ano de dois mil e dezassete e a retirada dos resíduos, seria em dois mil e dezoito. O que nos fez dar esta nota à imprensa, é o facto de estar a ser adiada de ano para ano. Pedimos reuniões à CCDRN, ao Ministério do Ambiente. Quero aqui reafirmar que a Junta de Freguesia, naturalmente com o apoio da população terá o assunto sempre na ordem do dia, para que se retire aquele tumor maligno que está no nosso Concelho. -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VALENTINA SANCHEZ (PSD) – 1º Ponto - “Numa época em que continua alto o nível de dependência dos nossos munícipes de um qualquer tipo de prestação social, em que a redução dos inscritos no IEFP não acompanha a curva descendente de outros municípios vizinhos, em que o nível de exportações das nossas empresas está aquém da evolução registada na Área Metropolitana do Porto (AMP), em que a saúde financeira da Câmara Municipal de Gondomar (CMG) está periclitante, em que os preços dos serviços públicos prestados, ou pelas atividades por ela concessionadas, são elevados, cabe reafirmar o nosso compromisso com os gondomarenses. -----

----- É preciso apoiar, de forma ainda mais vigorosa, a indústria e pequenas e médias empresas com o objetivo de criar emprego de qualidade, sustentável e equilibrado. A nossa prioridade, o nosso compromisso, conforme estabelecemos há mais de um ano, são as pessoas! -----

----- Os municípios competem entre si para mostrar o que têm de melhor. Gondomar tem proximidade com as universidades e centros tecnológicos, mão-de-obra qualificada e acessibilidades. Cabe à CMG deter mecanismos de decisão rápida, com previsão acertada e licenciamento pronto. -----

----- Se queremos ter mais e melhores empresas e indústria em Gondomar, este tem de ser o caminho afirmando-se o poder autárquico como um verdadeiro facilitador. A CMG pode fazer muito pelas empresas e indústria. Promover políticas municipais acertadas, infraestruturas e apostar na educação como motor do desenvolvimento económico. -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Temos, reiteradamente, e ao longo deste mandato, apresentado diversas soluções e propostas para que sejam impulsionadas novas industrias e acarinhadas as já existentes. -----

----- Acrescentamos, ainda, uma nova vertente sob a forma de uma proposta que tem sido maturada ao longo do percurso de visitas a empresas, às freguesias e às associações, ao longo deste início de mandato: *Gondomar em Pleno – Viver e Trabalhar em Gondomar*. -----

----- No âmbito desta proposta, em articulação com o setor privado, pretende-se juntar empresas, estabelecimentos de ensino e pessoas de Gondomar, em matéria de seleção, recrutamento e formação profissional. Promover entrevistas de avaliação de competências de candidatos, com base nos seus objetivos futuros e criar uma bolsa de recrutamento. -----

----- Numa fase posterior, desenvolver fórmulas que promovam processos de desenvolvimento de emprego local e conciliação da vida pessoal e profissional.” -----

----- 2º ponto – “Como o grupo parlamentar PPD/PSD já tinha avisado, e neste sentido votou contra as contas da CMG, não se pode, nem se deve espelhar nas contas algo que ainda não aconteceu! Mais concretamente, espelhar abatimentos que ainda não aconteceram! Como o que aconteceu com a dívida à EDP! Isto pode conduzir a uma gestão danosa por parte do executivo, na medida em que as contas não espelham a realidade financeira da CMG! Não será preciso explicar o quanto complicado se pode tornar, gerir sem ter noção de resultados reais! Mas o facto é que se veio a concretizar aquilo que sempre avisamos! Sem querer atribuir culpas, tanto no modelo de gestão adotado, como nas decisões de anteriores executivos socialistas que nos "presentearam" com esta dívida, e na ação do atual executivo socialista, que desde 2013 tem

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

vindo a adotar uma gestão populista, direcionada para a obtenção de votos, e a empurrar as consequências para o amanhã, gastando dinheiro em publicidade, eventos e festas, o grupo parlamentar PPD/PSD reafirma que a importância neste momento está na resolução do problema, e aguarda de forma impaciente, uma proposta de resolução para este enorme mau estar financeiro, onde se concretize metas, resultados expectáveis e vias de conduta.” -----

----- ROSA GOMES (PSD) – Leu documento, sobre a concessão da recolha do lixo e limpeza urbana de Gondomar, que adiante segue. -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

27.06.2018

PAOD

Ao longo deste mandato temos alertado para a necessidade de uma fiscalização e monitorização cada vez maior ao Contrato de Concessão para a Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e da Limpeza Urbana em Gondomar.

Por diversas vezes, em Reunião de Câmara Municipal de Gondomar (CMG) – a título de exemplo, 06.06.2018, 14.02.2018, 02.02.2018, etc - na Assembleia Municipal de Gondomar ou nas Assembleias de Freguesia, os autarcas eleitos pela Coligação do PPD.PSD/CDS-PP “Gondomar no Coração” (Coligação) têm, reiteradamente, alertado para exemplos concretos de falhas no sistema de limpeza do nosso município.

Inclusivamente, quer durante a campanha eleitoral, quer já no decurso deste mandato, foi, ainda, questionado o executivo socialista sobre a aplicação de penalidades ao concessionário pelo não cumprimento das suas obrigações legais.

Que fique claro, esta Coligação não pretende a internalização dos serviços, considera que o caminho gizado no passado com a entrega a privados é a via correta, desde que a CMG cumpra o seu papel de fiscalização e monitorização com aplicação de penalidades quando for necessário.

Durante esta última semana fomos alertados, por diversos populares, para os seguintes exemplos os quais acrescem aos que foram referidos em reuniões de camara anteriores:

- EN Freixo a Melres é preocupante a quantidade de lixo existente nas bermas sendo esta um dos principais cartões postais de Gondomar;
- Estrada Vila Verde, do Freixo à antiga fábrica de Gondomarinho, nesta que foi uma das principais vias de acesso a Gondomar no passado e que poderá, no futuro, a demonstrar a sua relevância no desenvolvimento daquela zona;

27. JUN 2018



- Rua Almeida Negreiros – São Cosme – Junto ao antigo Centro Comercial – a existência de “monstros” ao abandono;
- Junto ao Sport de Rio Tinto;
- Na zona do Passal, em São Pedro da Cova, diverso lixo não recolhido e já a criar mau cheiro;
- Nas praias fluviais de Ribeira de Abade, Zebreiros e Melres.

Começa a ser necessário uma autêntica “Operação Limpeza” a Gondomar pelo que é necessário questionar o seguinte:

- Durante a vigência do contrato de concessão foram aplicadas quaisquer penalidades à concessionária?
- Esta a ser feito um levantamento de situações que possam ser consideradas como recorrentes?

Essa “Operação Limpeza” enquanto desígnio global para Gondomar exige o envolvimento da CMG e de todos os atores com responsabilidades públicas. Pelo que somos a propor que, com a máxima urgência, seja requeridos, a todas as Juntas de Freguesia, o levantamento das ocorrências que, de forma isolada ou reiterada, estejam a ser sentidas no seu território para tratamento imediato por parte da concessionária.

O Grupo Parlamentar do PPD/PSD

27. JUN 2018




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- TIAGO CARVALHO (BE) – Leu e apresentou um Voto de Repúdio “Pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas, pelo repúdio às políticas xenófobas”, que adiante segue. -----

----- O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente as moções aqui apresentadas e dizer que há uma moção do PS, que nos agrada bastante, que tem a ver com o desenvolvimento das zonas rurais e acrescentaríamos a essa moção os transportes e há uma questão que quero deixar ao executivo, qual é a prioridade deste executivo. Hotéis são ótimos, estamos de acordo, mas as ETAR continuam a poluir, a deixar cheiros nauseabundos, continuam a fazer descargas noturnas a poucos quilómetros do hotel que vai nascer. É preciso convencer investidores para desenvolver essas zonas rurais mais desfavorecidas, mas também é preciso convencer empresas como a Gondomarense a alargar a rede andante a essas zonas. Também deixar uma palavra ao Presidente da Junta da União de Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, que de facto, temos verificado as péssimas condições da ETAR de Gramido, e não há ninguém que ponha mão naquilo. A Empresa Águas de Gondomar faz o que quer e bem lhe apetece e com estágio ou sem estágio, podiam ir lá apenas tomar um café naquela zona e sentir aquele aroma fantástico que, com todo o investimento feito lá, não percebemos porque é que continua. Dizer que as nossas propostas são sempre colocadas assim, são propostas é por isso que vão a votação e serão votadas favoravelmente ou não, os Senhos Deputados terão de estar mais atentos nas Assembleias. -----

27. JUN 2018 / p. Marvuz
aprovado / p. Marvuz
e / votos contra
e 2 abstenções

Doc. 6



Voto de Repúdio

**Pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas,
pelo repúdio às políticas xenófobas**

Considerando que:

- a) São crescentes preocupações, a nível europeu e internacional, com os fluxos migratórios dos últimos anos de milhares de pessoas migrantes e refugiadas a tentar chegar à Europa, via Mediterrâneo, na sua maioria com origem na Síria, Iraque, Afeganistão e Eritreia;
- b) No âmbito da “Agenda Europeia para as Migrações”, de 13 de Maio de 2015, a Comissão Europeia ativou o sistema de emergência a fim de assegurar uma melhor distribuição dos requerentes de asilo por toda a Europa, com o conseqüente desenvolvimento de um programa de instalação dessas pessoas, identificadas pelo Alto Comissariado pelas Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de forma a garantir a sua proteção internacional;
- c) O Governo Português, ao abrigo do mecanismo de solidariedade previsto no sistema de reinstalação de pessoas refugiadas, disponibilizou-se perante a Comissão Europeia, em Setembro de 2015, para acolher 4.574 pessoas;
- d) O recém-eleito Governo Italiano que é composto por partidos eurocéticos e xenófobos violou o Direito Internacional, recusando a entrada do Aquarius, gerido pela SOS Mediterranée e, conseqüentemente, a receção de 629 homens, mulheres e crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Após um impasse de várias horas, o Governo Espanhol garantiu a receção dos migrantes, que foram entretanto transportados para Espanha no Aquarius, com apoio de dois barcos da marinha italiana;
- e) A crescente prevalência do discurso xenófobo, o crescimento eleitoral de partidos de extrema-direita em vários países e a disseminação de muitas das suas visões e concepções, indissociáveis das políticas e da acção da própria União Europeia, assumem proporções preocupantes, que justificam um decidido combate em nome dos valores da liberdade e da democracia.
- f) As políticas da União Europeia neste domínio, assentes no conceito da “Europa fortaleza” e numa visão que criminaliza os migrantes e as migrações, têm demonstrado a sua natureza desumana,

27. JUN 2018

seletiva e desrespeitadora do direito internacional, nomeadamente no que se refere ao direito de asilo. A criação de campos de retenção de migrantes em países terceiros, o acordo celebrado com a Turquia para a expulsão de migrantes para este país, a chantagem efectuada com países em desenvolvimento para aceitação de acordos semelhantes, a tendencial militarização da questão migratória e a intenção de criação de uma polícia de fronteiras a partir da agência Frontex, são elementos basilares do que tem sido a acção da União Europeia, ao invés da necessária criação de condições de acolhimento e de rotas migratórias legais e seguras, que não deixem os migrantes à mercê das redes de exploração e tráfico de seres humanos.

- g) As recentes notícias que retratam a situação dramática de centenas de crianças e jovens separados das suas famílias, denunciam um atentado aos Direitos Humanos que se aproxima de técnicas de tortura emocional e psicológica utilizadas em prisões militares. Neste caso, as medidas são aplicadas sobre cidadãos extremamente vulneráveis, física e psicologicamente, sendo uma amostra da coincidência existente entre a política migratória dos Estados Unidos da América com as propostas da extrema-direita europeia;
- h) As crianças, algumas delas apenas com seis anos de idade, terão sido propositadamente separadas dos seus pais pelas autoridades norte-americanas como forma de dissuadir os fluxos migratórios para os Estados Unidos. O próprio Presidente Donald Trump confirmou publicamente tal situação. O conhecimento dos detalhes de toda esta prática só aumenta a nossa convicção de que estamos perante um ato cruel e de flagrante violação de direitos humanos;
- i) As imagens divulgadas pela comunicação social norte-americana mostram centros de detenção formados por jaulas onde as crianças são colocadas a dormir no chão com um cobertor térmico. Os centros estão iluminados 24 horas por dia, igualando condições próximas da tortura.
- j) Segundo informações tornadas públicas, após a separação, não existe qualquer hipótese de reunião das crianças com as suas famílias, nem de contacto ou sequer de informação sobre o paradeiro de cada membro da família.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 27 de Junho de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Repudiar a atitude do recém-eleito Governo Italiano, porque violadora do Direito Internacional ao recusar o auxílio a centenas de seres humanos numa situação dramática;
2. Repudiar as políticas levadas a cabo pela União Europeia, assentes na criação de uma “Europa fortaleza”, que continuam a fazer do Mediterrâneo uma enorme vala comum;
3. Repudiar a política desumana de separação de famílias levada a cabo pelo Governo Americano, indigna de qualquer sociedade civilizada e democrática.

O representante do Bloco de Esquerda,

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- RUI CORREIA, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – Vim caminhar para Gramido e de facto aquilo é horrível e pergunto aqui se aquilo não é motivo para fazermos alguma coisa contra as Águas de Gondomar, quem sabe suspender o contrato, já que Gondomar é D'Ouro, não devia acontecer no nosso município. Relativamente à interdição da praia de Melres, tenho que ser solidário com Melres e começar a pensar, se a água é a mesma, passa em Melres e na Lomba, porque é que a da Lomba não é interdita e é a de Melres, a água é a mesma. Outra questão, é se não podemos fazer uma alteração das Assembleias, dado que o povo que está aqui deve querer intervir não tenha que ficar até tão tarde, pôr o ponto de depois da ordem do dia, antes do período da ordem do dia. Responder a uma Senhora Deputada que falou no lixo, que as Juntas informassem a Câmara dos problemas que existem, dizer que o trabalho de comunicar à Câmara é o que fazemos todos os dias, tentando dar solução aos problemas. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) - Dar um esclarecimento. Quando o Grupo Parlamentar reúne, o Partido Socialista assume as suas responsabilidades e penso que os representantes dos outros Grupos Parlamentares devem transmitir o que foi acordado. Falei no regimento porque foi apresentada uma sugestão à Mesa para alargar este período da ordem do dia e foi decidido pelo Partido Socialista e o representante do CDS que não. Segunda questão, o meu camarada Manuel António teve um lapso de redação, mas o Partido Socialista assume esse lapso, em sintonia e dizer que não sou dono de ninguém. -----

----- **Votação dos documentos apresentados à mesa:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MOÇÃO apresentada pelo Senhor Manuel António do PS, sobre “O desenvolvimento das zonas rurais” - Aprovada por maioria, com 3 abstenções (VALENTIM). -----

----- VOTO DE PESAR apresentado pelo Grupo Municipal Valentim Loureiro e pela Mesa da Assembleia Municipal, pela morte dos Senhores Dr. Amadeu Alexandre Milheiro da Mota Teixeira de Sousa e António da Silva Sá Casal – Aprovado por unanimidade. -----

----- REQUERIMENTO apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, sobre “Garantir a Qualidade dos Recursos Hídricos do Concelho” - Rejeitado, com 22 votos contra (21 PS + 1 VALENTIM) e 5 abstenções (4 PSD +1 CDS-PP). -----

----- VOTO DE PROTESTO apresentado pelo Grupo Municipal da CDU “Contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos” - Aprovado por maioria, com 1 abstenção (VALENTIM). --

----- MOÇÃO apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, sobre o “Serviço Público de Transporte – consagração da STCP como operador interno na AMP” - Rejeitada, com 26 votos contra (21 PS + 4 PSD + 1 CDS) e 4 abstenções (VALENTIM). -----

----- VOTO DE REPÚDIO apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimentos de pessoas refugiadas, pelo repúdio às políticas xenófobas” – Aprovado por maioria, com 7 votos contra (4 PSD + 1 CDS + 2 VALENTIM) e 2 abstenções VALENTIM. -----

----- RECOMENDAÇÃO apresentada pelo Grupo Municipal do BE, sobre “apoio a habitação social” - Aprovada por maioria, com 3 votos a favor (2 BE + 1 PS, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba) e 36 abstenções (20 PS + 5 VALENTIM + 6 CDU + 4 PSD + 1 CDS-PP). -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Deu a palavra ao Senhor Vereador Carlos Brás, para responder às questões relacionadas com a época balnear. -----

-----VEREADOR DR. CARLOS BRÁS – Relativamente à questão da época balnear e de alguns incidentes, quer na designação das praias, quer na questão das análises em Melres, quando tomamos posse em dois mil e treze, não havia nenhum histórico de análises à qualidade da água do rio Douro e de imediato iniciamos um plano de colheita e análise da água, uma vez que as praias eram bastante frequentadas. Sempre tivemos a noção que no rio Douro tem havido picos de contaminação em alguns locais e quando classificamos as praias não tínhamos ambição de eliminar os focos de poluição, que não estão só em Gondomar, atravessa vinte e três municípios, os focos de poluição não estão todos em Gondomar, o turismo fluvial também tem a sua carga ambiental. O que está ao nosso alcance fazer, fazemos e tomamos um conjunto de medidas que comunicamos à APA, tentamos minimizar o risco de poluição. Á preciso distinguir Zebreiros, do resto que é o curso do rio Douro em Gondomar, porque em Zebreiros é uma água intermédia, sofre o efeito das marés, o que complica mais ainda descobrir de onde vem a poluição. Houve obras nas ETAR de Rio Tinto e de Gramido, estamos a instalar o intercetor ao longo do rio Tinto, estão a ser desativadas inúmeras fossas sépticas, está a ser desenvolvido o projeto para encerramento do subsistema de saneamento de Gramido, Zebreiros e da Bela Vista. O que está ao nosso alcance fazer para melhorar a qualidade da água, nós faremos, agora não podemos é pretender responsabilizar o Município de Gondomar pela qualidade da água num rio que tem em território português duzentos e oito quilómetros, que atravessa vinte e três municípios e que é

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

frequentado todos os dias por milhares de pessoas que utilizam barcos de turismo e para além disso também dizer que apesar de alguns problemas que a água do rio Douro tem, pontualmente anómalos e sem padrão que não conseguimos identificar o padrão e não somos a entidade responsável por isso, é a Delegação Regional de Saúde e a Agência Portuguesa do Ambiente. O que nós fazemos é monitorizar, fazer colheitas e tentar ajudar e este ano temos já um plano que inclui análises aos efluentes do rio Douro, desde que entram em Gondomar até à sua saída. Dizer que ainda assim a qualidade da água do rio Douro aqui, é melhor do que a que entra em Portugal na fronteira. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Aproveito para dar nota de alguns pontos. Primeiro referir-me ao Parque Urbano de Rio Tinto, este Parque com efeito é o primeiro de uma rede de parques municipais que é objetivo deste executivo implementar. Foram plantadas árvores por todos os agrupamentos do Concelho, a ideia é criarmos uma rede de parques, que começou em Rio Tinto, que é um parque municipal, do Concelho de Gondomar e vai ter continuidade no Parque de Fânzeres e S. Cosme e depois na ribeira da Archeira e há outras situações a serem pensadas. A nossa ideia é que seja possível uma ligação pedonal entre todos os parques. A ETAR de Gramido, dou nota que o Executivo está preocupado com o que acontece, certamente é o motivo que mais vezes é repetido nas reuniões do grupo de acompanhamento da concessão e se calhar o motivo que coloca mais divergência nessas reuniões e naquele local, com aquela frente ribeirinha, com hotéis, com aquilo que queremos para ali, tem que se arranjar forma de melhorar o serviço que é prestado por aquele equipamento, obviamente vamos ter de

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

nos esforçar para que seja possível. Caixa Geral de Depósitos, é também um assunto que a Câmara tem de acompanhar, posso dar nota que já foi enviado um ofício para a Administração da Caixa Geral de Depósitos a solicitar uma reunião para dar conta das preocupações, é uma empresa onde o Estado Português tem uma palavra a dizer, estamos ao lado do que aqui foi dito. No que diz respeito ao problema da dívida à EDP, é verdade que o executivo ainda não forneceu mais nenhuma informação porque ainda não há informações relevantes a transmitir, continuamos em conversações com a administração da EDP no sentido de conseguirmos manter o acordo, continuamos também com o consultor do processo a trabalhar para uma solução e obviamente quando tivermos avanços sensíveis nesta matéria daremos conta, conforme ficou combinado. -----

----- B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 1. Renúncia ao mandato do Deputado Senhor Joaquim dos Santos Barbosa. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 2. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (20-03-2018 e 24-04-2018). -----

----- VOTAÇÃO DA ATA Nº 5 DE 20-03-2018: Aprovada por unanimidade. -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Deputados(as) Senhores(as) Ana Catarina Pão Trigo, Carmina Maria dos Santos Lopes, Diogo Alexandre Lages Augusto, Joana Patrícia Fonseca Cardoso, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, por não terem estado presentes. -----

----- VOTAÇÃO DA ATA Nº 6 DE 24-04-2018: Aprovada por unanimidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Deputados(as) Senhores(as) Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Diogo Alexandre Lages Augusto, Fernando Alicio Barreira Morais, Joana Patrícia Fonseca Cardoso, Cecília Bibiana M. Silva, Luís Filipe Ramos Fernandes, Maria Olinda Soares de Moura, Mário da Rocha Gonçalves, Telmo Afonso da Mota Viana, Tiago Margarido Silva Carvalho e os Senhores Presidente de Junta de Freguesia Nuno Filipe Brito da Fonseca de Rio Tinto, Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira e António José Ribeiro Bráz da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, por não terem estado presentes. -----

----- **3. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- a) "Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – Procedimento concursal para o recrutamento de postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior". -----

----- VEREADORA DRª AURORA VIEIRA – Isto é o habitual, de forma a preparar com tempo e garantir a colocação de pessoal afeto às AEC, e precisamos da autorização da Assembleia Municipal para em devida altura podermos avançar com o processo. O número que está aí é o número estimado dos últimos anos porque nesta data ainda não foi definido pelo Ministério da Educação quais são as regras, é apenas para garantir que o procedimento está autorizado. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – A CDU votará favoravelmente este ponto, no entanto há coisas que devem ser esclarecidas, para sabermos do que estamos a falar. Esta competência das AEC que estão em curso neste Concelho e em muitos outros, foi uma das transferências do Governo para o anterior executivo camarário. Por princípio a CDU, como já tem vindo a dizer, há

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

aqui várias coisas que estão subjacentes a este projeto, que se prende com várias coisas, desde a escola a tempo inteiro, desde o trabalho precário que estas atividades representam, desde logo os custos acrescidos que trazem à Câmara Municipal de Gondomar, por isto a CDU acha que esta situação traz muitos constrangimentos à Câmara Municipal. Achamos que também é dever que saibamos transformar os constrangimentos em oportunidades, achamos que se devia fazer algo diferente com estas atividades extracurriculares e que poderia minimizar os custos que a Câmara tem com estas atividades e era envolver as forças vivas do Concelho, nomeadamente as associações desportivas, as bandas filarmónicas do Concelho e desta forma a Câmara suportar um conjunto de atividades extracurriculares para os jovens das escolas, sem que este custo se fizesse sentir. Acho que a Câmara está a deixar passar a oportunidade de transformar as AEC em oportunidade e não em constrangimento. A CDU votará favoravelmente. -----

----- BRUNO PACHECO (BE) – Em relação a esta proposta o Bloco de Esquerda também votará favoravelmente, mas deixa algumas questões ao executivo no sentido de precaver e sensibilizar para o próximo ano. Uma questão pertinente, é que numa Assembleia onde vamos discutir a regularização dos trabalhadores que trabalham com contratos precários na Câmara Municipal e colocam-nos todos os anos esta questão, estamos constantemente a abrir concursos para as AEC, a questão que colocamos é se não serão estes lugares permanentes. A segunda questão, se não existe a possibilidade de transferência de colaboradores de uns municípios para outros, a questão que o Bloco coloca é se há a possibilidade dessa rede de intercâmbio entre municípios

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

no sentido de assegurar e colocasse mais uma vez uma questão de assegurar com permanência um trabalho efetivo de uma pessoa. -----

----- VEREADORA DR^a AURORA VIEIRA – Relativamente às questões que colocaram e agradeço.

Primeira questão, nós somos promotores, e com a descentralização de competência, coloca a Câmara não como corresponsável, mas de prover e não de definir, quem define são os agrupamentos e este mecanismo que trago aqui hoje é necessário para que se possa prover atempadamente. A questão das AEC, é uma questão que tem sido dirimida nas escolas, porque chegados a esta data, ainda não está fechado que as AEC vão continuar ou não, é assim há quinze anos, a precariedade está na decisão que a escola a tempo inteiro incluiu AEC e há uma diretiva nacional que impõe sempre alguma questão. Quanto à precariedade, o Município de Gondomar tem vindo dentro do que é possível tentar que a precariedade seja a menor possível e a questão que nos põe sobre a rede intermunicípios, quase só era possível, neste quadro atual, se todos nós municípios fizéssemos contratos com empresas e as empresas teriam que fazer um contrato anual a um funcionário que andasse não só nas escolas do município, mas entre as escolas de outros municípios para ter vinte horas, acho que isso é muita precariedade. O facto de termos assumido e este ano ainda mais que mantemos a contratação através da Câmara, garantindo assim às pessoas que trabalham no município de Gondomar, que lhes são dados pelo menos os direitos durante o período em que exercem, exatamente igual a qualquer trabalhador municipal, tem sido um grande esforço. Também da nossa parte nos últimos anos, para as substituições quando os colegas desistem, porque apanham outros horários nas escolas, quando

27 JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

concorríamos à bolsa de emprego percebíamos que a determinada altura havia um professor contratado pela Câmara a ganhar um valor e o que era contratado pela empresa ganhava menos e este ano demos mais um passo nesse sentido, dentro do que é possível, mantivemos uma reserva de recrutamento e ficam todos em igualdade de circunstâncias. Dizer que quem define as áreas, os horários, são os agrupamentos. Quem define as áreas, os horários, são os agrupamentos. A questão das associações, não é bem verdade o que se diz, as pessoas trabalham, tem que ser pagas, as associações são formadas por voluntários, têm um programa de apoio, quando têm monitores também lhes pagam, também têm de contratar monitores. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **b) Regularização dos vínculos precários de trabalhadores que estiveram em funções na Autarquia.** -----

----- VEREADORA DR^a AURORA VIEIRA – Mais uma vez estamos a apresentar um cumprimento da lei, com esta Assembleia de hoje, conseguimos cumprir os prazos que o ministério atribui e mais uma vez dentro do que é possível, do que é sustentável, foi este o quadro que encontramos para regularizar a situação destas pessoas. -----

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Começo por mostrar o nosso regozijo por vermos que alguma coisa estará começar a ser feita nesta área, com pena que não se consiga integrar todos os precários que existem. Percebemos que há um critério que foi definido e que tem a ver com a permanência destes precários num certo período de tempo. A proposta que nos foi enviada é uma proposta de difícil leitura em termos de mapas, de qualquer maneira ficamos felizes por a

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Câmara estar atenta a este pormenor, e esteja a tentar resolver isto e que brevemente se consiga fazer para os restantes precários. -----

----- BRUNO PACHECO (BE) – É uma medida que o Bloco de Esquerda aplaude e que há muito tempo vem a defender, o respeito pelas pessoas, da dignidade das pessoas, daquilo que é o posto de trabalho, de ter um salário, de ter um contrato de trabalho. Recomendamos à Câmara que continue a resolver esta situação, vale a pena continuar a lutar por melhores condições, votaremos favoravelmente esta proposta. Deixamos alguns alertas para o futuro, no sentido de recomendar à Câmara que continue a tentar resolver esta situação. Sabemos que na proposta de hoje dos duzentos e quarenta e cinco trabalhadores precários só sessenta e três passarão. A questão que colocamos é o que acontecerá aos restantes daqui para a frente, se continuam a desempenhar as mesmas funções? Se há possibilidade ou não de renovação? Se as funções que desempenha são ou não efetivas? Terminando os contratos quem é que continuará a desempenhar as suas funções e para quando a regularização dos restantes trabalhadores do Município. -----

----- MANUEL MARQUES (PSD) – As minhas primeiras palavras são de uma certa revolta, porque estamos aqui numa noite em que todos temos família, afazeres e se repararmos nesta mesa aqui temos três Vereadores, nem o Presidente cá está, se eu estivesse sentado ali no público nunca mais punha cá os pés. Em relação à proposta, o meu entendimento é que têm que se encontrar soluções para as pessoas, se as pessoas trabalham têm todo o direito a serem remunerados e terem todas as condições de trabalho que um trabalhador normal tem. Gostaria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

de deixar um recado, que a mim incomoda, toda a minha vida trabalhei no privado e incomoda-me passar em vários locais aqui de Gondomar e ver uma equipa de trabalho a trabalhar e ver o motorista dentro do carro a dormir, porque é que um motorista só pode ser motorista? -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – O Partido Socialista vai votar a favor esta proposta, mas eu não calo a minha consciência porque eu não sou muito a favor desta lei, porque quando se abriam concursos era para toda a gente, como há milhares de pessoas precárias agora vai-se regularizar a situação dos precários na Função Pública e dos desempregados também têm a mesma dignidade e família e tão cedo não vão ter hipótese de concorrer como antigamente a lei permitia. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Relativamente ao que disse o Senhor Deputado Manuel Marques, dar nota que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores ausentes da bancada do Partido Socialista, estão ausentes porque estão ao serviço do município fora do país. Fui vereador da oposição de 2009 a 2013 e vinha às Assembleias Municipais e nunca vi aqui o Senhor Presidente da Câmara e nessa altura não vi a sua indignação nenhuma vez, por outro lado os Senhores Vereadores que estão aqui em exercício de funções, estão porque são capazes de o fazer. -----

----- VEREADORA DR^a AURORA VIEIRA – Há aqui uma pequena confusão. Os precários não estão na Câmara, por isso é que são precários, se não eram funcionários. São considerados precários neste período as pessoas que até março de 2017 trabalharam num organismo público na condição de estágio, situação que foi preciso que prestassem trabalho que não foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

continuado, através do Centro de Emprego ou pelo período de um ano até a abertura do procedimento. Estas pessoas que nomeadamente passaram através de contratos CEI, são as pessoas que prestam trabalho socialmente útil, que descontaram os seus impostos como todos nós, somos igualmente contribuintes. Os CEI são pessoas que durante a sua vida trabalharam, fizeram os descontos e ficaram sem emprego, por isso estão a receber subsídio de desemprego, que isto se torne claro para todos. Dizer que trabalho socialmente útil, não é trabalho de substituição de um posto de trabalho real, por exemplo nas escolas há um rácio determinado pelo Governo de x funcionários em função do número de alunos, nós enquanto município abrimos candidaturas para trabalho socialmente útil, para substituir funcionários doentes, em férias, ou grupos mais desfavorecidos e são essas pessoas que se disponibilizaram para num período em que recebeu o subsídio de desemprego, enquanto outras não se disponibilizaram, a contribuir socialmente para a sociedade, que hoje podem concorrer a estes concursos. Nenhuma Câmara vai resolver o problema de empregabilidade de toda a população. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (abril e maio de 2018).** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **C - Período de Depois da Ordem do Dia.** -----

----- Intervieram os Senhores munícipes: -----

27. JUN 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Paula Jesus, moradora em Jovim, que se referiu ao alinhamento de um muro, na Rua Alto do Tronco, onde reside. -----

----- Sara Gonçalves, moradora em Jovim, solicitou informação sobre o encerramento da Escola do Cimo da Serra. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Não tenho conhecimento do processo de licenciamento. Vou ver o processo e segunda feira estou disponível para a atender. -----

----- VEREADORA AURORA VIEIRA – Relativamente à questão que colocou da escola, os agrupamentos vão adequando as escolas onde há mais crianças e a proximidade, não é uma decisão da Câmara. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata. -----

----- A sessão foi encerrada à 01 hora, do dia 28 de junho de 2018. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A TÉCNICA SUPERIOR,

Il.ª do Sr. Santos